



TOGETHER
for a sustainable future

OCCASION

This publication has been made available to the public on the occasion of the 50th anniversary of the United Nations Industrial Development Organisation.



TOGETHER
for a sustainable future

DISCLAIMER

This document has been produced without formal United Nations editing. The designations employed and the presentation of the material in this document do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the Secretariat of the United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries, or its economic system or degree of development. Designations such as “developed”, “industrialized” and “developing” are intended for statistical convenience and do not necessarily express a judgment about the stage reached by a particular country or area in the development process. Mention of firm names or commercial products does not constitute an endorsement by UNIDO.

FAIR USE POLICY

Any part of this publication may be quoted and referenced for educational and research purposes without additional permission from UNIDO. However, those who make use of quoting and referencing this publication are requested to follow the Fair Use Policy of giving due credit to UNIDO.

CONTACT

Please contact publications@unido.org for further information concerning UNIDO publications.

For more information about UNIDO, please visit us at www.unido.org

RESTRITO

19532-P

(viii) 25p
t. 2-12
DP/ID/SER.A/1447
24 de outubro de 1990
ORIGINAL: INGLES

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE
PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS

SI/ANG/90/801

ANGOLA

Relatório técnico: Missão do consultor*

Preparado para o Governo da República Popular de Angola pela
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial,
atuando como agência executora do PNUD

Baseado no trabalho de L. V. Chico
Consultor da UNIDO

Oficial responsável: Z. Taluy Grossruck,
Seção de Infra-estrutura Institucional

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
Viena

* Este documento não foi editado

V.91-22196 (EX)

RESUMO

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

SI/ANG/90/801

ANGOLA

O projecto foi desenvolvido de 25 de agosto até 24 de outubro de 1990, com o propósito de coletar e analisar informações sobre restrições atuais e futuras que afetam Pequenas e Médias Empresas (PME) em Angola e recomendar ações políticas ao Governo. O trabalho local foi realizado em Luanda e Banquela, tendo sido observadas 25 empresas públicas e privadas.

O relatório conclui que os primeiros passos cruciais para a promoção e desenvolvimento do sector seriam um forte compromisso político e mecanismos adequados ao crescimento de PME privadas. Recomenda-se constituir um Conselho de Políticas para Pequenas e Médias Empresas, composto de representantes dos sectores público e privado. O Conselho reverá e recomendará mudanças nos principais instrumentos políticos que tem impedido a promoção e o desenvolvimento das PME. O relatório recomenda também que o Governo deveria dar alta prioridade à aprovação de um conjunto de incentivos para a promoção de PME, sugerindo algumas medidas específicas. Adicionalmente, para uma administração efectiva de políticas, incentivos e programas para PME julga-se necessário uma definição clara de PME.

Em comparação a outros países em desenvolvimento, o relatório conclui ainda que o sector de PME poderia ter um papel mais significativo no desenvolvimento sócio-económico do país em relação àquele que tem actualmente. Pelo menos a medio prazo, a contribuição mais efectiva das PME seria a fabricação de produtos para os mercados regional e local e suprir insumos intermediários e serviços para grande empresas.

O relatório sugere que um "enfoque total" para o desenvolvimento de PME requer pelo menos o desenvolvimento de um programa de financiamento especial e um programa de assistência técnica. Recomenda também que o programa de financiamento, consistindo de diversos componentes, seja instituído através do sector bancário. Para oferecer uma assistência integral ao sector de PME, propoe-se estabelecer um Instituto para Promoção de PME Locais. A minuta de um projecto piloto e um plano para possível assistência técnica da UNIDO/PNUD foram anexados.

CONTEUDO

	<u>Página</u>
Notas Explicativas	iv
Indicadores Económicos Básicos	v
Sumário	vi
INTRODUÇÃO	1
I. UMA VISAO DE PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS EM ANGOLA	3
A. Características e número de empresas	3
- Número de empresas industriais registradas e proprietários	3
- Classificação de pequenas e médias empresas registradas por ramo industrial	4
- Balanço	4
- Capacidade utilizada	5
- Distribuição da força de trabalho	6
B. Problemas e perspectivas das empresas seleccionadas	8
- Justificativas para baixa utilização da capacidade	9
- Tempo morto (dias perdidos)	10
- Perspectivas das industrias seleccionadas	10
C. Estrutura Institucional	11
- Centros de treinamento industrial	11
- Associações de indústrias	12
- Gabinete de redimensionamento empresarial	12
- Coordenação do Instituto proposto para a promoção de pequenas e médias empresas	12
II. A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO	13
- O programa SEF	13
- Lei das actividades económicas	14
- Imposto corporativo	14
- O sistema de financiamento	14
III. PRINCIPAIS FactORES QUE INIBEM A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	15

IV. CONCLUSOES E RECOMENDAÇÕES	17
- Políticas para promoção e desenvolvimento de PME	17
- Incentivos para desenvolvimento de PME	18
- Definição de PME	19
- O papel das PME	20
- Programas para Pequena e Media Empresas	20
- Estrutura institucional para assistencia técnica	22
 Referências	 25
 Anexos	
Anexo I Descrição do cargo	26
Anexo II Lista das empresas observadas	29

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 Empresas industriais registradas em 14 de agosto de 1990	3
Tabela 2 Número de Pequenas e Medias Empresas classificadas por ramo industrial, 1990	4
Tabela 3 Balanço por ramo industrial, 1987	5
Tabela 4 Produção e capacidade de utilização em alimentos selecionados e indústrias leves, 1989	6
Tabela 5 Distribuição estimada da população economicamente ativa por sector e sexo, 1990	7
Tabela 6 Indicadores de problemas em ramos selecionados, 1987	9
Tabela 7 Tempo morto médio relatado por empresa, 1987	8
Tabela 8 Valor das importações, 1985-1987	10
Tabela 9 Centros de treinamento do Ministério de Comércio e Indústria, 1989	11

NOTA EXPLICATIVA

Datas indicadas por barra (1988/1989) indicam um ano de colheita ou um ano financeiro. Datas indicadas por hifen (1989-1990) indicam o período integral, incluindo o início e fim dos anos.

Referências a dolares (\$) correspondem a dolares dos Estados Unidos, a menos que seja explicitado.

A taxa de conversão da moeda local para dollares dos Estados Unidos em 20 de setembro de 1990 era de 29.92 kwanzas.

Os totais podem não ser precisos devido ao arredondamento.

Em Tabelas:

Três pontos (...) indicam que os dados não são disponíveis ou não são relatados separadamente;

Dois hifens (--) indicam que o total é nulo ou desprezível;

Um hifem indica (-) indica que o item não é aplicável.

As seguintes abreviações são utilizadas neste documento:

ACOMIL	Associação Comercial e Industrial de Luanda
AIA	Associação Industrial de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
BPA	Banco Popular de Angola
GARE	Escritório de Redimensionamento de Empresas
ILO	Organização Internacional do Trabalho
INAPEL	Instituto Nacional para a Promoção de Empresas Locais
ISIC	Classificação Internacional de Normas Industriais
ISSI	Instituto para Pequenas Industrias (Filipinas)
Kz	Kwanza
PRE	Programa Bi-Anual, 1989-1990
SBAC	Centro de Conselhos para Pequenas Negócios (Filipinas)
SEF	Programa de Reestruturação Econômica e Financeira
SIET	Instituto de Treinamento e Extensão da Pequena Indústria (India)
PME	Pequena e Média Empresa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Crianças das Nações Unidas
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

INDICADORES ECONOMICOS BASICOS

GDP (1987)	:	\$6.184 milhoes				
(1989)	:	\$6.122 milhoes*				
População (1987)	:	9,1 milhoes*				
Força de Trabalho (1985)	:	4,7 milhoes*				
Densidade populacional (1987)	:	7,2 pessoas por quilometro quadrado				
GDP per capita (1987)	:	\$680				
Crescimento do GDP (percentual)	:	<u>1985</u>	<u>1986</u>	<u>1987</u>	<u>1988</u>	<u>1989</u>
		5,2	0,7	8,7	9,2	-9,1*
Estrutura do GDP (percentual)	:	Agricultura e pecuária		<u>1987</u>	<u>1989*</u>	
				14,4	15,3	
		Pesca		0,8	0,9	
		Petróleo		45,5	41,9	
		Produção industrial				
		Energia e Mineração		8,0	8,4	
		Construção Civil		3,2	3,4	
		Serviços		27,8	29,8	
Taxa de conversão (kwanzas e rivalentes a \$1.00)	:	<u>1986</u>	<u>1987</u>	<u>1988</u>	<u>1989</u>	<u>1990**</u>
		29,92	29,92	29,92	29,92	29,92

* Estimativa provisória

** 20 de setembro de 1990

SUMARIO

As modalidades de contornar as políticas governamentais contra o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME) em países em desenvolvimento são bastante conhecidas e fortemente presentes em Angola. Além da falta de experiência e consciencia de elementos políticos que conduzem ao desenvolvimento de PME, existe muito pouca informação acessível. Na prática, as PME são fortemente negligenciadas.

Em 1988 o Governo decidiu empreender um programa de reforma económica significativo, SEF (Saneamento Económico Financeiro), afetando todas as actividades económicas e incluindo amplas reformas económicas dos sistemas de crédito e monetário, do sistema de preços, do sector de empresas estatais, agricultura, transporte e comércio, educação e do sistema trabalhista. Dentro destas novas perspectivas políticas, as PME receberam uma ênfase especial. Na visão oficial, o Governo deveria deixar áreas consideráveis de actividades económicas para a empresa privada, particularmente para as PME.

Actualmente não existe uma definição clara do que constitui a pequena ou média empresa. A última lista de empresas industriais registrada indica que 40 empresas foram classificadas como médias e 202 empresas como pequenas, de um total de 271 empresas registradas. Destas 242 PME registradas, 44 por cento são empresas estatais. Os ramos de alimentação e bebidas são dominantes no sector de PME e corresponde a 25 por cento de todas as empresas, seguido por vestuário e têxteis. O mercado paralelo e informal do sector de serviços e industria artesanal tem um papel importante na geração de empregos, especialmente de mulheres, e é responsável por 35 por cento de toda a força de trabalho.

Com base nas observações de 25 empresas seleccionadas em Luanda e Benguela, a maioria está operando a níveis bem abaixo da capacidade disponível, com produção real geralmente abaixo de 50 por cento.

Os problemas principais são:

(a) A idade do equipamento usado varia de 30 a 50 anos; diversos equipamentos não estão mais funcionando e criaram um desbalanceamento nas linhas de produção.

(b) Falta de matéria prima e outros suprimentos, a maioria de origem estrangeira.

(c) Suprimento de energia e água instável.

(d) Produção, qualidade e procedimentos de controlo de custos inadequados.

- (e) Falta de trabalhadores especializados.
- (f) Produtos com projectos pobres.
- (g) Financiamento inadequado.

O Governo estabeleceu, como princípio geral, que sempre que possível, produtos locais devem prevalecer sobre importados. De acôrdo com o programa SEF, as prioridades importantes que afetam o sector de PME são:

- descentralização da produção industrial através do estabelecimento de pequenas industrias locais;
- melhoria do conhecimento e especialização de trabalhadores e técnicos angolanos;
- estímulo à transferência de conhecimento e tecnologia;
- privatização parcial de empresas públicas;
- liberalização de preços para estimular a produção, e
- medidas para melhorar o sistema financeiro.

Além dos problemas de insegurança, existem outras políticas sectoriais e macro-econômicas que inibem o desenvolvimento de PME. Os maiores vinculos são a ausência de livre concorrência, controlo oficial de preços, estrutura trabalhista, financiamento, método de alocação de moeda estrangeira, falta de insumos para a produção, sistema bancário, canais de distribuição, falta de incentivo para motivar a dispersão de indústrias e a centralização das decisões ao nível das empresas.

O Governo entende que estas políticas são pertinentes. Um pré-requisito básico para a promoção de pequenas e médias empresas privadas seria, como primeiro passo, um comprometimento político forte e um clima de políticas condizente com o crescimento do sector. O Governo deveria tomar medidas efectivas para privatizar todas as pequenas e médias empresas estatais. Estas deveriam ser oferecidas a empresários Angolanos, cooperativas e associações. Em alguns casos, a participação parcial do estado pode continuar sendo necessária a medio prazo devido à falta de capital e capacitação empresarial. Entretanto, deve ser incluído no acordo de acionistas com empresários privados os planos de desmobilização da participação do estado e respectivo prazo.

Propoe-se instituir um Conselho Político para Pequenas e Médias Empresas, composto de representantes de alto nível dos ministérios mais relevantes e pelo menos três associações de indústrias. A principal função do Conselho deveria ser a de formular e recomendar políticas governamentais, incentivos e

programas de promoção e desenvolvimento para o sector de PME.

Uma definição clara de pequena e média empresa deveria ser promulgada pelo Governo a fim de obter uma administração efectiva de políticas para PME, incentivos e programas. No contexto do programa SEF, as pequenas e médias empresas locais teriam o papel mais importante. Pelo menos a medio prazo, a contribuição mais efectiva das PME poderia ser: fabricação de produtos para os mercados local e regional e fornecer insumos intermediários e serviços a grandes empresas.

Um "enfoque total" do desenvolvimento de PME deverá envolver pelo menos um programa especial de financiamento e assistência técnica. Um programa especial de financiamento pode inicialmente ser instituído pelos dois bancos públicos existentes, BNA e BPA, e eventualmente através de bancos privados se existentes no local. A situação actual em Angola requer que o programa financeiro seja flexível, devendo incluir financiamento equalitário ("equity financing"), crédito a medio e longo prazos e formas alternativas de arranjos financeiros como compra-arrendamento. Esquemas de garantia de crédito podem ser considerados a longo prazo.

Um complemento necessário ao programa financeiro é um programa de assistência técnica que ofereça serviços em disseminação de informações técnicas e transferência de tecnologia, extensão industrial e consultoria, desenvolvimento de empresas e empresários, treinamento em administração e outras funções empresariais. Actualmente tais serviços são inexistentes. Seria necessário uma instituição capaz de oferecer os serviços acima mencionados a PME privadas. Como não existe actualmente experiência local para operação deste tipo de instituição, recomenda-se um projecto piloto de três anos com assistência técnica de doadores estrangeiros.

Finalmente, parece razoável supor que a maior parte dos investimentos privados são feitos no sector informal. Pela natureza de tais operações, não se dispõe de estatísticas, mas acredita-se serem significativos como evidenciado pela contribuição à geração de empregos. O mercado paralelo ou sector informal é uma fonte potencial de empresários locais os quais podem ser induzidos a mudarem para o sector formal da economia. O Governo deveria instituir um programa corolário para legalizar estas empresas através de simples procedimentos de registo, incentivos e assistência técnica. Um conceito de registo "unificado" ("one-stop") deveria ser instituído ao nível de provincia e, se necessário, em alguns casos mesmo a nível de cidades.

INTRODUÇÃO

Após a independência em 1975, o Governo de Angola foi forçado a intervir na maioria das empresas devido ao exodo dos empresários e administradores portugueses. Isto coincidiu com o advento do sistema de planeamento centralizado.

Depois da guerra civil, declínio geral da economia e politicas inadequadas conduziram o sector de manufatura em um declínio severo. A produção industrial em 1985 foi somente 54 por cento do valor real atingido em 1973. Os sectores produtivos se recuperaram um pouco por volta de 1980, e, durante 1981-1986 o sector de manufatura foi capaz, a grosso modo, de manter o nível de produção atingido até então, embora este fosse muito abaixo do nível da pré-independencia.

Na prática, as Pequenas e Médias Empresas (PME) foram amplamente negligenciadas. Algumas eram parte do sector estatal, no qual seu desempenho sempre foi mediocre devido à falta de cuidados e administradores qualificados. Muitas outras continuaram sob propriedade privada, mas sob iguais condições desfavoráveis ditadas pela situação econômica e de segurança, e, transporte, comercio e instituições financeiras controlados pelo estado num sistema de planeamento centralizado não dirigido ao desenvolvimento de PME.

Em 1987, o declínio dos preços de petróleo revelou a frágil estrutura econômica do país. O Governo decidiu iniciar o principal programa de reforma econômica, SEF (Saneamento Econômico Financeiro). O impulso do SEF foi uma liberalização econômica geral afetando todas as actividades econômicas, incluindo reformas econômicas de amplo espectro dos sistemas monetário e de crédito, o sistema de preços, o sector estatal, agricultura, comércio e transporte, educação e o sistema trabalhista.

Dentro destas novas perspectivas políticas, as PME receberam uma enfase especial. O programa bi-anual actual PRE (Programa de Recuperação Econômica 1989-90) inclui a promoção de PME como objectivo principal. De acordo com a visão oficial, o Governo poderia deixar áreas consideráveis de actividades econômicas para as empresas privadas, especialmente as PME.

A fim de racionalizar o sector de empresas estatais, está actualmente em preparação o denominado programa de redimensionamento. O programa prevê a redefinição da "dimensão" das empresas controladas pelo estado. Uma unidade especial GARE (Gabinete de Redimensionamento Empresarial) foi criado no Ministério de Planeamento para definir diretrizes e acompanhar o processo.

analisado e melhorado com apoio do PNUD e uma assistência adicional da UNIDO foi aprovada para esta actividade. Com base no banco de dados, foi inicialmente feita uma classificação de pequenas, médias e grandes empresas.

De acordo com um decreto aprovado, as pequenas empresas não seriam sujeitas a "redimensionamento" mas seriam desligadas do sector estatal direto através da venda ou encerramento. Com esta implementação, o Governo oferecerá áreas consideráveis de actividades económicas às pequenas e médias empresas privadas.

As modalidades de contornar as políticas governamentais contra o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME) em países em desenvolvimento são bastante conhecidas e fortemente presentes em Angola. Além da falta de experiência e consciência de elementos políticos que conduzem ao desenvolvimento de PME, existem também muito poucas informações acessíveis em PME, tais como estatística, levantamentos e estudos específicos.

O tópico de desenvolvimento de PME em Angola surgiu durante uma reunião do Banco Mundial/PNUD/Governo em Fevereiro de 1989. Consequentemente, em agosto o GARE apresentou um documento oficial à missão do PNUD, no escopo do Programa de Desenvolvimento de Administração, o qual continha um conjunto de sugestões de assistência e incluindo condições de consultoria para política de PME.

Esta consultoria foi realizada de 25 de agosto a 24 de outubro de 1990, com aproximadamente quatro semanas de trabalho local em Angola. A descrição do posto é apresentada no Anexo I. O objectivo imediato da consultoria é de capacitar o Governo de Angola a adotar políticas para a promoção e desenvolvimento de pequenas e médias empresas dentro do escopo do Programa SEF.

A comunidade doadora é igualmente esperada a oferecer informações e sugestões a fim de melhorar a dimensão das PME nos seus próprios programas de assistência. A convocação de uma conferência de doadores está prevista para 1991. Um estudo recente da UNICEF já identificou o sector urbano informal de PME em Angola como uma solução de maior potencial para aliviar o impacto social do SEF. Um estudo do PNUD/ILO do início de 1990 também recomendou algumas actividades que poderiam ser abrangidas pelo sector informal.

É intenção do Governo estabelecer instituições apropriadas para tratar com PME, como um Instituto para PME. A necessidade de assistência em termos de projectos de desenvolvimento institucional, treinamento, linhas de crédito especiais para PME e outros planos para PME poderão ser viabilizados a medio prazo. Esta consultoria deveria, portanto, ser considerada como um primeiro passo em um processo longo e complexo.

I. UM PANORAMA DAS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS EM ANGOLA

A. Número e Características das Empresas

Definição

Não existe uma definição clara do que é uma pequena ou média empresa. O conceito actual leva em consideração o número de empregados, normalmente até 500-600, e volume de vendas anual até kz. 2,0 bilhoes para média empresa. Seria necessário adotar uma definição clara com o objectivo de eventualmente oferecer incentivos ou assistência. Este aspecto será discutido mais adiante neste relatório.

Número e Propriedade de Empresas Industriais Registradas

A lista mais recente de empresas industriais registrada no Ministério de Comércio e Indústria (Tabela 1) mostra que 40 empresas foram classificadas como médias e 202 como pequenas, de um total de 271 empresas. Somente 22 empresas são classificadas com grandes e sete empresas são indefinidas. Entretanto, baseado nas observações no local, é possível que, uma vez estabelecida uma definição clara, algumas empresas classificadas como médias possam vir a pertencer à categoria de grande e algumas pequenas possam ser reclassificadas como médias.

De 242 pequenas e médias empresas registradas, 106 ou 44 por cento do total são empresas estatais.

Tabela 1: Empresas Industriais Registradas, 14 de agosto de 1990

Classificação	Número de Empresas		
	Estatais	Privadas	Total
Grandes	16	6	22
Médias	22	18	40
Pequenas	84	118	202
Indefinidas	--	7	7
Total	122	149	271

Fonte: Escritório de Planeamento, Ministério do Comércio e Indústria

As 242 empresas pequenas e médias foram também classificadas segundo o ramo industrial na Tabela 2. Como esperado, o ramo das indústrias alimentícias e de bebidas é dominante no sector das PME e responde por 25 por cento de todas as empresas. Vestuário e textil, produtos químicos, produtos metálicos e produtos de madeira e móveis são também dominantes nestes ramos principais, especialmente no sector de pequenas empresas (baseado nas observações locais de empresas seleccionadas no mercado paralelo).

**Tabela 2: Número de Pequenas e Médias Empresas Registradas
Classificadas por Ramo Industrial, 1990**

Ramo de Indústria	Número de Empresas		
	Estatal	Privada	Total
Móveis e Produtos de Madeira	7	18	25
Papel e Impressão	9	6	15
Produtos Químicos	10	24	34
Produtos Metálicos	14	13	27
Vestuário e Texteis	7	29	36
Alimentos e Bebidas	36	24	60
Utensílios elétricos	3	6	9
Couro e Produtos de Couro	7	5	12
Serviços	5	--	5
Tabáco e outros	8	11	19
Total	106	136	242

Fonte: GARE, Ministério de Planeamento

Nota - A classificação angolana por sectores é diferente da "International Standard Classification (ISIC)".

Balanço

O domínio dos sectores de alimentos, bebidas, vestuário e textil, pode ser visualizado na Tabela 3. Estes dois sectores respondem por 45 por cento do balanço total (exceto produtos energéticos). Se incluem-se também produtos químicos, metálicos, e, madeira e móveis. Os cinco sectores correspondem a 68 por cento do movimento total (exceto produtos energéticos).

Tabela 3: Balanço por Ramo Industrial, 1987

Ramo Industrial	Kz (milhoes)	Porcentagem
Alimentos e Bebidas	5.596	8,6-
Vestuários e Texteis	3.593	5,5
Produtos Químicos	2.406	3,7
Móveis e Produtos de Madeira	1.342	2,1
Produtos Metálicos	1.212	1,8
Papel e Impressão	877	1,4
Materiais de Construção	1.233	1,9
Utensílios Elétricos	440	0,7
Couro e Produtos de Couro	254	0,4
Equipamento de Transporte	2.415	3,7
Tabaco, Outros	918	1,3
Total (exceto produtos energéticos)	20.286	31,5
Produtos Energéticos	44.215	68,5
Total	64.501	100,0-

Fonte: Banco de dados do Ministério do Comércio e Indústria.

Nota - Os números apresentados não estão necessariamente completos.

Capacidade de Utilização

Baseado em observações locais da operação de 25 empresas seleccionadas em Luanda e Buenguela, a maior parte das empresas estão operando em níveis muito abaixo da capacidade instalada disponível. A capacidade instalada leva em conta o estado das máquinas, a disponibilidade de peças de reposição, técnicos, etc. Mesmo levando em conta estes factores, a produção actual está geralmente 50 por cento abaixo da capacidade instalada. A Tabela 4 apresenta a produção e capacidade de utilização para indústrias leves e de alimentos. Os números são, entretanto, indicativos da capacidade de utilização também em outros sectores de indústrias (exceto produtos energéticos).

Aparte das ineficiências inerentes, existem diversos problemas e restrições para uma maior produção e utilização das capacidades instaladas, os quais serão discutidos posteriormente.

Tabela 4: Produção e Capacidade de Utilização nas Indústrias Leves e de Alimentação Seleccionadas, 1989

Produto	Unidade	Capacidade Instalada	Capacidade Disponível	Produção Estimada	Utilização da Capac.
Alimentos e Bebidas:					
Refrigerantes	Hl	498.500	290.100	69.050	24
Vinho	Hl	150.000	120.000	80.480	67
Açúcar	MT	107.300	45.500	3.345	7
Farinha de Milho	MT	199.420	134.600	40.216	30
Farinha de Trigo	MT	156.010	129.250	30.316	23
Pão	MT	249.630	220.000	48.202	22
Oleo Comestível	Hl	120.000	81.000	31.860	39
Café	MT	5.900	1.100	106	10
Sal	MT	15.000	14.500	7.502	52
Indústrias Leves					
Vestuário	Mpcs	26.400	10.865	1.717	16
Sapatos Couro	Mprs	2.640	1.290	132	10
Colchoes	pcs	220.000	168.000	40.123	24
Sacos Plásticos	MT	9.200	5.490	2.296	42
Tintas	MT	16.100	8.160	2.019	25
Sabão p/Roupas	MT	40.870	21.500	8.384	39

Fonte: Banco de dados do Ministério do Comércio e Indústria

Nota - Capacidade de Utilização = $\frac{\text{Produção}}{\text{Capac. Disponível}}$ (porcentagem)

Distribuição da Força de Trabalho

A distribuição estimada da força de trabalho ou população economicamente ativa entre os mais importantes sectores formal e informal da economia são apresentados na Tabela 5. Agricultura emprega dois terços da força de trabalho, cerca de 55 por cento mulheres. Os mercados paralelos do sector de serviços e indústrias de artesanato absorve uma porção substancial da força de trabalho, aproximadamente 35 por cento da força total de trabalho nos sectores formal e informal (excluindo as forças armadas, agricultura e pesca). Isto fornece uma indicação da importância do sector informal na geração de empregos, especialmente para mulheres. Admitindo que a paz seja realmente alcançada na prolongada guerra civil, o Governo enfrentará um volume adicional de procura de emprego para o pessoal de ambos os partidos recém saídos das forças armadas.

Tabela 5: Distribuição Estimada da População Economicamente Ativa por Sector e Sexo, 1990

Sectores	População Economicamente Ativa		
	Homens	Mulheres	Total
Sector Formal	791.324	165.928	957.252
- Empresas e Administração	568.250	146.530	714.780
- Forças Armadas	223.074	19.398	242.472
Sector Informal 3.133.566	1.404.292	1.729.271	
- Agricultura	1.216.626	1.513.337	2.729.963
- Pesca	24.266	3.309	27.575
- Indústrias Artesanais	35.589	8.147	40.736
- Mercados Paralelos e Serviços	134.117	201.175	335.292
Desempregados	85.919	9.020	94.939
Total	2.276.653	1.909.104	4.185.757

Fonte: Relatório PNUD/ILO, Projecto No. ANG/89/001, Julho 1990

B. Problemas e Perspectivas das Empresas Seleccionadas

Foram observadas as operações de 18 empresas em Luanda e sete empresas em Buengela. As empresas foram cuidadosamente seleccionadas para representar uma boa amostragem das 271 empresas industriais registradas no Ministério do Comércio e Indústria, públicas e privadas, nos principais e diferentes sectores industriais. A lista das empresas observadas é apresentada no Anexo II.

As principais conclusões são:

- (a) As empresas estatais são geralmente de capital intensivo. Entretanto, com poucas exceções, os equipamentos foram instalados antes de 1975 com idades variando de 30 a 50 anos. O nível de mecanização é o indicativo do alto grau de desenvolvimento tecnológico antes de 1975, o qual não foi actualizado desde então.
- (b) Diversos equipamentos não estão mais funcionando devido a falta de peças de reposição e manutenção. Outros não são utilizáveis ou são obsoletos. Estes criaram um sério desbalanceamento nas linhas de produção e afetaram as capacidades de produção das fábricas. Em alguns casos foi necessário recorrer a operações manuais ou de mão de obra intensiva.
- (c) O fornecimento de matéria prima e outros suprimentos, principalmente de origem estrangeira, são os maiores vínculos de obstrução da operação das empresas.
- (d) Fornecimento instável de água e energia elétrica. Como os anteriores, estes ocorrem regularmente.
- (e) Procedimentos de controlo da qualidade inadequados, resultando em produtos inferiores.
- (f) Falta de operários especializados.
- (g) Atenção insuficiente dada aos procedimentos de produção e controlo de custos.
- (h) Produtos com projectos pobres.
- (i) Financiamento inadequado, principalmente àquelas de propriedade privada.

Devido aos impedimentos acima, a maioria das empresas estão operando em níveis muito abaixo de suas capacidades originalmente instaladas e mesmo das capacidades disponíveis ajustadas. As observações em três das empresas tiveram de ser reprogramadas pelo facto de não estarem operando durante a visita inicial. Como observado anteriormente, a produção real varia de 30 a 50 por cento da capacidade disponível.

Razoes para Utilização de Baixa Capacidade

Baseado nos números apresentados pelas empresas, a Tabela 6 apresenta a distribuição percentual dos motivos para utilização de baixa capacidade em alguns sectores seleccionados de industrias nos quais dominam empresas pequenas e médias. Estes números tendem a validar as observações de campo feitas pela missão.

Tabela 6 Indicadores de Problemas em Sectores Seleccionados, 1987
Razoes para Utilização de Baixa Capacidade(Porcentagem)

	Operários	Produção	Energia	Agua	Equipamento	Outros
Processamento de Alimentos	4	66	5	6	10	9
Bebidas	-	40	28	9	4	20
Vestuário	38	55	6	1	5	3
Produtos de Couro	2	61	31	1	3	2
Móveis e Produtos de Madeira	18	35	27	5	11	4
Impressão	38	44	10	1	6	1
Produtos Químicos	20	56	3	14	4	3
Produtos metálicos	17	45	25	4	6	3

Fonte: Banco de Dados do Ministério do Comércio e Indústria.

Tempo Parado (Dias Perdidos)

A média de tempo parado (dias perdidos) em 1987 segundo informações das empresas nos sectores seleccionados acima é apresentada na Tabela 7. Supondo 300 dias de trabalho, é também apresentada a percentagem de perda de capacidade resultante do tempo parado.

Tabela 7 Média de Tempo Parado por Empresa, 1987
Média da Perda de Capacidade (porcentagem)

	Média de dias Perdidos	Média Percentual da Perda de Capac.
Processamento de Alimentos	74	25
Bebidas	88	99
Vestuário	79	26
Couro e Produtos de Couro	99	33
Móveis e Produtos de Madeira	51	17
Impressão	60	20
Produtos Químicos	119	40
Produtos Metálicos	97	32

Fonte: Banco de Dados do Ministério do Comércio e Indústria

Perspectivas das Indústrias Seleccionadas

Na ausência de estatísticas mais detalhadas da oferta e demanda bem como de valores específicos de mercado, seria difícil identificar exatamente os produtos das pequenas e médias empresas com potencial alto. Entretanto, o valor de importações de categorias seleccionadas de produtos poderia fornecer uma indicação de produtos importados que poderiam ser substituídos por produtos fabricados localmente. A Tabela 8 apresenta os valores das importações de 1985 a 1987.

Tabela 8: Valor das Importações, 1985-1987 (milhões de Kz)

Categoria de Produto	1985	1986	1987
Produtos Animais	1.084	508	421
Materia Prima Vegetal	2.284	1.465	848
Oleos e Gorduras	1.196	734	461
Alimento Processado	1.892	1.372	879
Produtos Químicos	1.702	1.480	1.011
Plásticos	454	569	168
Texteis	1.451	1.128	734
Couro, Tecidos fabricados	218	170	79

Fonte: Ministério de Planeamento

O nível de importação é determinado pelas prioridades estabelecidas pelo Governo. Produtos manufaturados constituem uma alta porcentagem de importação. Tem havido rigorosas restrições nas importações acompanhando os vínculos da balança de pagamentos. Entretanto, a importação de alimentos, produtos básicos e equipamentos para a indústria de óleos escapam das restrições. Desde 1968, os gastos com importações foram autorizados a subir levemente em função dos lucros crescentes com o óleo.

O Governo estabeleceu, como regra geral, que a produção local deve prevalecer sobre a importação sempre que possível. Dentro do Ministério do Comércio e Indústria já foram feitas algumas tentativas de transformar esta política geral de substituição de importações em um conjunto viável de critérios operacionais e em medidas reais. Isto significa que as indústrias que podem garantir um fornecimento de produtos mais baratos que os equivalentes importados e de qualidade adequada, deveriam ter prioridade nas alocações de moedas estrangeiras para adquirir suprimentos essenciais e/ou equipamentos. Para estimular a substituição de importações o Ministério, por exemplo, solicitou aos fabricantes o fornecimento aos sectores de agricultura e defesa na base de contratos comerciais.

Parece também que o aumento de produção das empresas existentes é altamente possível. Em muitos casos, verifica-se que

seria necessário pouco esforço adicional. As soluções aos problemas e restrições são, entretanto, complexas quando observadas no macro ambiente total de políticas no qual as pequenas e médias empresas operam actualmente. Isto será discutido nas seções subsequentes deste relatório.

C. Estrutura Institucional

Centros de Treinamento Industrial

Actualmente, existem nove centros técnicos de treinamento supervisionados pelo Ministério de Comércio e Indústria. A maioria deles são localizados em Luanda, como mostrado na Tabela 9. Estes centros tinham capacidade para 1.120 pessoas em treinamento em 1989. A duração da maioria dos cursos está entre 9 e 24 meses.

Tabela 9 Centros de Treinamento do Ministério de Comércio e Indústria, 1989

<u>Localização</u>	<u>Tipo de Treinamento</u>	<u>Capacidade</u>	<u>Matriculas Actuais</u>	<u>Professores</u>
Luanda	Administrativo	210	58	13
Luanda	Panificação	160	110	5
Luanda	Trabalho com metal			
	projecto Mecânico	90	17	5
Luanda	Eletricistas, Usinagem, Trabalho com metal, Analistas Químicos	60	50	11
Luanda	Fiação, Tecelagem, Acabamento textil, Controlo da Qualidade Tratamento químico	80	70	13
Luanda	Alfaiataria	70	45	6
Luanda Norte	Supervisores Operadores de máquinas, usinagem, Reparo de veiculos, Carpintaria	170	...	72
Buengela	Ajustadores, Eletricistas, Soldadores, Usinagem	300	250	9+
Huambo	Trabalho com metal Eletricistas, Mecânicos, Programadores	150	120	5

Fonte: Conselho Nacional da Formação Profissional

Notar-se-a, entretanto, que não existem instituições oferecendo treinamento empresarial ou gerencial para pequenas e médias empresas. Serviços de extensão para PME também não existe. Há, entretanto, diversas firmas consultoras cujos principais clientes são as grandes empresas.

Associações Industriais

Existem três principais associações industriais recentemente organizadas as quais incluem um número substancial de pequenos e médios empresários. Especificamente são:

- o Câmara de Comércio e Indústria de Angola
Organizada em 1988, a Câmara serve como organização de suporte, tendo iniciado o estabelecimento de seções regionais.
- o Associação Comercial e Industrial de Luanda (ACOMIL)
Organizada em 1990, é membro da Câmara e proclama-se como representante de todos os negócios e pequenas indústrias privadas das Províncias de Luanda e Bengo. Defende uma grande autonomia para o sector privado do país, especialmente em negócios.
- o Associação Industrial Angola (AIA)
Organizada em 1990, tem o suporte e participação das grandes empresas, principalmente do sector público.

"Gabinete de Redimensionamento Empresarial" (GARE)

Um escritório para Redimensionamento de Empresas (GARE) foi estabelecido sob o Ministério de Planeamento. O programa de redimensionamento empresarial prevê a redefinição da "dimensão" das empresas controladas pelo Estado e a privatização parcial das empresas estatais. Espera-se que a GARE defina as diretrizes e acompanhe o processo.

Coordenador do Instituto Proposto Para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM)

Um funcionário baseado no Ministério de Comércio e Indústria foi designado como Coordenador para a preparação de planos e regulamentos para o Instituto proposto, temporariamente denominado de INAPEM ("Instituto Nacional de Promoção Empresarial").

II. O AMBIENTE POLITICO

Após a independência, a maior parte do sector industrial foi nacionalizado. Entretanto, nunca houve intenção de terminar inteiramente com o sector privado, especialmente o das pequenas e médias empresas, no qual as empresas privadas actualmente representam 56 por cento do número total de empresas. O Governo está comprometido a encorajar e apoiar o sector privado se este respeitar as diretrizes gerais da economia e políticas trabalhistas definidas pelo Governo, compromisso este que recentemente tornou-se mais forte. A maior parte das medidas de nacionalização tomadas depois da independência afetou os interesses portugueses.

O Programa SEF

As medidas políticas visualizadas no programa de liberalização e reestruturação, o Saneamento Económico e Financeiro (SEF), promulgado em 1988, e aquelas articuladas no Programa de Recuperação Económica (PRE) em 1989-1990, são pré-requisitos fundamentais para a promoção e desenvolvimento de pequenas e médias empresas no sector privado.

As prioridades importantes que afetam este sector são:

- o descentralização da produção industrial através do estabelecimento de pequenas industrias locais capazes de processar produtos agrícolas e suprir as necessidades locais;
- o melhoria do conhecimento técnico ("know-how") e habilidades dos trabalhadores e técnicos Angolanos; e
- o o estímulo à transferência de conhecimento técnico e tecnologia.

Além disto, o meio operante das pequenas industrias poderia ser melhorado através de:

- o privatização parcial das empresas públicas;
- o liberalização de preços para estimular a produção; e
- o medidas para aprimorar o sistema financeiro.

Estas medidas e prioridades são etapas com as quais espera-se estimular o desenvolvimento de pequenas e médias empresas privadas, sendo que a implementação das mesmas deveria ser rápida.

No final de setembro de 1990, foram anunciadas reformas monetárias pelo Governo, as quais incluíam a desvalorização do kwanza em 50 por cento e a liberalização parcial dos preços de alguns produtos e serviços. O Governo estava também no processo de preparar as bases para a privatização de pelo menos 60 pequenas indústrias.

Lei das Actividades Económicas (No. 10/88)

Esta lei é básica ou estrutural para regular as actividades económicas no país. Aplica-se a actividades relacionadas com a produção ou distribuição de produtos ou serviços que objectivam lucro. O Estado reserva-se actividades nas funções bancárias centrais, indústria militar, distribuição de água e energia, serviços sanitários básicos, telecomunicações, transporte, com excepção de transporte marítimos de curta duração e administração de portos e aeroportos.

Nenhuma actividade económica pode ser executada sem prévia autorização das autoridades competentes. As actividades económicas podem ser desenvolvidas individualmente ou através de empresas. As actividades empresariais podem ser executadas por empresas estatais, mistas, cooperativas ou privadas.

Imposto Corporativo

Uma taxa básica de 35 por cento é arrecadada da renda das empresas no sector privado, incluindo as chamadas empresas mistas nas quais o estado possui participação. Além disto, existe uma sobretaxa progressiva que varia de 2 a 30 por cento aplicada à mesma renda. Enquanto a taxa máxima nos lucros das empresas é de 65 por cento, a média está em torno de 50 por cento, o que iguala a participação actual dos lucros transferidos pelas empresas estatais. O Governo pretende fundir a taxa básica e a sobretaxa e impor uma taxa única sobre os lucros de todas as empresas, públicas e privadas.

O Sistema de Financiamento

As autoridades estudam a introdução de uma flexibilidade maior bem como competição no sector bancário. A legislação já foi decretada no sentido de permitir ao Banco Popular de Angola (BPA) iniciar empréstimos, embora não exista actualmente nenhum programa para pequenas e médias empresas. Está sendo examinada a possibilidade de expandir as funções do BPA e estabelecer outros bancos privados no futuro, incluindo bancos estrangeiros.

O SEF visa a redução da proporção de créditos do sistema bancário canalizados ao Tesouro e na melhoria do crédito ao sector produtivo. O Banco Nacional de Angola (BNA) está sendo separado administrativamente nos departamentos central e comercial. Aprovações de créditos a empresas públicas e privadas dependerá do julgamento, pela gerência bancária, dos riscos e actividades das operações a serem financiadas. Planos a longo prazo do SEF prevêem alocação crescente de crédito na base das taxas de juros e não nas regras obrigatórias de selecção.

III. PRINCIPAIS FACTORES QUE ATRASAM A PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS

Além dos problemas de segurança, os quais certamente constituem a maior intimidação à promoção e desenvolvimento das PME, existem outras políticas sectoriais e macro-económicas que inibem o desenvolvimento das mesmas. Alguns destes obstáculos tem sido articulados pelas associações de indústrias e empresários privados, sendo que as evidências indicam que o Governo está completamente informado destes vínculos. Consequentemente, estão sendo tomadas medidas para instituir reformas das políticas.

Os maiores obstáculos são:

1) **Competição.** O mercado não pode oferecer mecanismos eficientes para a operação da economia a menos que exista uma competição ativa e livre especialmente entre PME. Além disto, a competição entre as empresas públicas e privadas é vista unilateralmente no sentido de que as empresas públicas ineficientes são efectivamente subsidiadas.

2) **Controlo oficial de preços.** As pequenas e médias empresas e produtores de matéria prima não são encorajados a produzir, devido ao facto de terem que vender sua produção para o governo ou aos consumidores locais ao preço bem inferior daquele que poderiam vender no mercado informal ou paralelo. Os produtos vendidos no mercado informal podem normalmente apresentar preços de 15 a 30 vezes mais alto do que os preços oficiais.

3) **Estrutura salarial.** Os salários são pagos através de uma combinação da moeda local, mais o cartão oficial de suprimento e produtos fabricados pela empresa. Os produtos ganhos são então vendidos pelos empregados no mercado informal. Esta situação cria distorções nos preços e inibe a produtividade fazendo com que os trabalhadores se envolvam nas actividades do mercado paralelo.

4) **Financiamento de empresas.** Como apontado previamente, não existem mecanismos especializados para crédito a pequenas e médias empresas. Este é o maior obstáculo principalmente para o desenvolvimento das empresas privadas.

5) **Alocação de moeda estrangeira.** Seria necessária a reconsideração e possível revisão da política de alocação cambial, com prioridade a equipamentos críticos, substituição de partes e matérias primas seleccionadas que não podem ser produzidas localmente.

6) **Produção agrícola.** Oferecer subsídios a empresas de processamento de alimentos, as quais supoe-se serem principalmente pequenas e médias. A produção agrícola deve ser estimulada. Isto exigiria políticas apropriadas de preços e o desenvolvimento de facilidades de distribuição e transporte adequados.

7) O sistema bancário. A actual configuração do sistema, dependente do BNA e do BPA, é limitada e não motiva o financiamento para pequenas e médias empresas, as quais são entendidas como alto risco e baixo potencial de lucro.

8) Canais de distribuição. Não prevalece a relação direta entre as PME e o comércio varejista, o qual é um meio tradicional da distribuição dos produtos das PME. Encontra-se um monopólio intermediário estatal com aumento dos custos de distribuição. Além disto, são relatadas altas perdas na circulação de mercadorias bem como sua rotação nos depósitos do estado, onde são frequentes o roubo e as perdas. O papel dos agentes privados de importação/exportação não é reconhecido. É particularmente importante encorajar o estabelecimento de negociantes particulares nas áreas rurais, devido ao papel potencial no estímulo da produção agrícola.

9) Desenvolvimento regional. Não há políticas ou incentivos que motivem a dispersão regional de indústrias para áreas fora da região da capital. A promoção de PME em áreas rurais poderia efectivamente ser levada em conta através de uma combinação de incentivos e da disponibilidade de infra-estrutura, incluindo o transporte de produtos.

10) Centralização das decisões ao nível empresarial. O dinamismo das empresas públicas e privadas é severamente restringido por intermédio de vários factores: a alocação de moeda estrangeira, solicitações de informações pelo governo, as quais tem sido descritas como uma dose exagerada de dados estatísticos, conformidade a políticas de comércio, falta de liberdade para contratar e despedir funcionários e outros regulamentos.

IV. CONCLUSOES E RECOMENDAÇÕES

Políticas para Promoção e Desenvolvimento de PME

1. A experiência actual em países em desenvolvimento mostra que as pequenas e médias empresas falham em desenvolver-se e crescer devido a políticas macro-económicas desfavoráveis e uma estrutura de incentivos que milita contra as mesmas. Como é comum em países em desenvolvimento, as PME precisam transpor decisões políticas que são adversas ao sector ou, quando conseguem, são péssimamente implementadas. As PME necessitam de um ambiente de políticas úteis para que possam competir e sobreviver.

Enquanto as decisões actuais envolvendo o desenvolvimento de PME são tomadas no nível micro, as mesmas são fortemente influenciadas pelo meio externo. Com excepção das intervenções directas, o governo somente pode influenciar o desenvolvimento de PME através da influência neste meio externo. É necessário, portanto, uma política de desenvolvimento projetada no sentido de prover e promover um ambiente condutor ao crescimento do sector. Sem este meio, quaisquer que sejam os ganhos que possam ser alcançados tanto pelo governo como pelo sector privado, os esforços de desenvolvimento ficam confinados e limitados.

O governo entende estas preocupações com as políticas. Consequentemente, seria quase que um pré-requisito para a promoção e desenvolvimento das pequenas e médias empresas um forte compromisso político do governo e um ambiente de políticas que conduza ao crescimento de PME, seria o primeiro passo crucial.

A política e formulação de incentivos envolve muitos sectores da economia, tanto públicos como privados. Até certo ponto, pode afetar também grandes empresas. Seria necessário, portanto, obter informações e considerações de diversos ministérios governamentais e a participação igualmente importante do sector privado.

Recomenda-se instituir um Conselho de Políticas (ou Comissão) para Pequenas e Médias Empresas. Este Conselho seria composto de funcionários do mais alto nível possível, preferencialmente Vice Ministerial, com representação de associações líderes do sector privado. Para garantir uma coordenação efectiva, propoe-se a seguinte composição do Conselho:

Representantes de:

- o Ministério do Comércio e Indústria, Presidente
- o Ministério da Agricultura
- o Ministério das Finanças
- o Banco Nacional de Angola
- o Pelo menos três associações de indústrias,
- o Câmara do Comércio e Indústria
- o Associação Industrial de Angola
- o Associação Comercial e Industrial de Luanda
- o Administrador de um Instituto de PME, Secretário Executivo

Representantes de outras instituições públicas e privadas podem, se necessário, serem convidados a participar nas deliberações do Conselho.

A principal função do Conselho proposto seria a de formular e recomendar políticas governamentais, incentivos e programas para a promoção e desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Como primeiro passo, o governo deveria assumir um firme compromisso político e tomar medidas efectivas para privatizar todas as pequenas empresas pertencentes ao estado. Estas seriam oferecidas a empresários Angolanos, cooperativas e associações. Com excepção das empresas consideradas de importância estratégica e aquelas que são de natureza monopolística, as empresas médias deveriam ser gradualmente privatizadas através de cooperação ("joint ventures") entre empresários Angolanos e estrangeiros. Em alguns casos, pode ser considerada necessária, a medio prazo, a participação parcial do estado devido à falta de capital e capacidade empresarial. Entretanto, podem ser incluídos nos acordos de acionistas com os empresários privados, planos para retirada do estado como acionista.

O Conselho deverá rever também alguns dos maiores instrumentos políticos que foram citados neste relatório como impedimentos à promoção e desenvolvimento das PME. São estes:

- (a) controlo de preços, especialmente os que afetam PME
- (b) estrutura salarial
- (c) contratação e despedida de empregados
- (d) sistema bancário e de financiamento
- (e) alocação de recursos estrangeiros
- (f) produção agrícola como suprimento para indústrias alimentícias
- (g) canais de distribuição
- (h) procedimentos de registo relatórios de informações
- (i) estrutura de impostos

Incentivos para o Desenvolvimento de PME

2. O governo deveria dar prioridade para a promulgação de um conjunto de incentivos para a promoção de pequenas e médias empresas, especialmente nas áreas fora de Luanda. Alguns destes incentivos poderiam ser:

o Isenção de taxas por um determinado período, por exemplo cinco anos. O actual sistema de impostos parece ser elevado e encoraja a ser evitado ou não cumprido, especialmente aqueles no sector informal os quais deveriam ser encorajados a serem legalizados.

o Provisão de uma infra-estrutura adequada de facilidades, como pode ser necessário em certas áreas fora de Luanda, para encorajar o desenvolvimento regional. Estas incluiriam o aluguel para áreas fabris, depósitos e serviços comuns.

o Programas de treinamento subsidiados em formação empresarial incluindo gerenciamento, produção e controlo da qualidade, promoção e vendas("marketing"), contabilidade e finanças.

o Extensão de consultoria e serviços legais. Os procedimentos de registo deveriam ser simplificados. O conceito de registo "unificado" ("one-stop") deveria ser instituído ao nível de províncias ou mesmo de cidades em alguns casos.

o Assistência na obtenção de financiamentos adequados, créditos e garantias em programas especiais para pequenas e médias empresas. Um corolário disto poderia ser a ajuda na identificação e preparação de propostas ou estudos de viabilidade para estabelecimento de empresas e submissão para financiamento bancário.

o Ausência de qualquer legislação sobre salário mínimo. Esta legislação penaliza as empresas menores, as quais são geralmente de mão de obra intensiva, eliminando o lado competitivo com relação a grandes empresas. Age também como uma deteriorização na geração de empregos por induzirem as pequenas empresas a serem de capital mais intensivo e desencorajando o emprego de trabalhadores jovens desqualificados.

Definição de PME

3 Uma definição objectiva de pequena e média empresa deveria ser promulgada pelo governo e poderia ser uma das funções do Conselho de Políticas proposto para pequenas e médias empresas. Isto seria necessário para uma administração efectiva de políticas, incentivos e programas para PME. A definição deveria ser revista periodicamente. A classificação actual de PME em termos de até 500-600 empregados e vendas anuais não excedentes a 2,000 milhões de kwanzas, deve ser revista e refinada. A subdivisão do grupo a ser atingido (em pequenas e médias empresas) é desnecessária: este grupo deveria ser definido como todas as empresas com número de empregados de até ... e ativo total (excluindo terrenos e edificações) de até ... kwanzas (como proposto abaixo).

A fim de obter um perfil mais preciso e uma perspectiva melhor do sector de PME, incluindo aquelas do sector informal, também deveria ser analisada a base de dados existente. Se estes dados não forem suficientes para serem estabelecidos parâmetros, deverá ser efetuada uma pesquisa socio-económica. Isto permitiria ao governo a obter dados mais confiáveis, avaliar a contribuição do sector para o desenvolvimento socio-económico do país e focalizar precisamente a assistência governamental, incentivos e programas.

Geralmente, em muitos países em desenvolvimento, pequenas e médias empresas são definidas em termos de:

- o Número de trabalhadores, e
- o Activo total, excluindo terrenos e edificações.

A classificação actual de PME de até 500-600 empregados parece ser muito alta, especialmente para empresas de capital intensivo. Baseado nas observações e utilizando outros países para comparação, o máximo apropriado poderia estar na faixa de 250 a 300 empregados. O balanço total seria normalmente uma classificação melhor do que as vendas anuais, as quais tendem a variar amplamente, dependendo do tipo de produtos e obstáculos em atingir a capacidade produtiva. Com base na experiência em outros países em desenvolvimento, o activo total (excluindo terrenos e edificações) normalmente não deveria exceder o equivalente a US\$ 1.0 milhão. Mas estes números devem ser cuidadosamente revistos.

O Papel das PME

4. Em muitos países em desenvolvimento, as PME tem um papel mais significativo no desenvolvimento socio-económico dos seus respectivos países, do que parece ser a situação em Angola. Isto é mais verificado nas áreas rurais onde vive uma parte grande da população. Baseado na lista de empresas registradas, a maioria delas está concentrada em áreas urbanas, particularmente Luanda. Isto é devido parcialmente às condições de paz e ordem, mas pode também ser atribuído a outros factores.

No contexto do programa SEF, as pequenas e médias empresas locais terão um papel mais importante. Deveria, entretanto, ser enfatizado que esta função seria complementar àquelas das grandes estatais e empresas estrangeiras. Pelo menos a curto prazo, as contribuições mais efectivas das PME seriam:

o fabricar produtos para os mercados local e regional; e

o suprir insumos intermediários e serviços às grandes empresas.

Tem sido observado, por exemplo, que devido à capacitação insuficiente das PME, as grandes empresas introduziram facilidades e executam actividades as quais normalmente seriam de PME sub-contratadas. Certamente, esta não é uma ótima utilização dos recursos e tende a aumentar os custos. As grandes empresas deveriam ser encorajadas a sub-contratar as PME para certos insumos, as quais podem executá-los mais eficientemente.

Programas para Pequenas e Médias Empresas

5. Um "enfoque total" ao desenvolvimento das PME requer que sejam envolvidos pelo menos programas de financiamento especial e de assistência.

Um programa especial de financiamento deveria ser instituído inicialmente através do BNA e BPA e eventualmente por bancos comerciais quando existentes no local. A presente situação em Angola requer que um programa de financiamento para pequenas e médias empresas deverá ser flexível e deverá incluir os seguintes aspectos:

o Financiamento equalitário, dentro da instituição financeira em sociedade com empresários privados, preferivelmente aos credores. Um entendimento capacitaria os empresários a comprarem de volta as instituições financeiras

depois de um justo e específico período de tempo a um preço sob mútuo acordo. O aspecto especial desse programa é que os riscos seriam compartilhados e a produção e assistência (empresarial, vendas e serviços de extensão) poderiam ser providos pela instituição financeira tanto diretamente ou através de um acordo com uma Organização de pequenas e médias empresas que poderia ser estabelecida. Este tipo de financiamento incorpora muitos aspectos convencionais do capital de risco. Este, entretanto, poderia ser adaptado às necessidades das pequenas e médias empresas e ser conveniente às condições Angolanas de falta de capital e habilidade empresarial. Particularmente, este tipo de financiamento parece ser mais apropriado para empresas estatais as quais são privatizadas e vendidas às cooperativas de trabalhadores ou associações.

o Crédito a longo e médio prazo. A contabilidade de certas PME pode não ser satisfeita apenas pelo capital equalitário e um uso eficiente de recursos poderá ditar que o crédito seja combinado com o financiamento equalitário. Em certos casos, o crédito a longo e médio prazo poderá ser suficiente e seria a forma mais apropriada de financiamento. A experiência em países em desenvolvimento mostra que a disponibilidade e o acesso ao crédito para PME são muito mais importantes que o custo financeiro. Em muitos casos as PME estão preparadas para pagar as taxas prevaletentes no mercado se os procedimentos de avaliação (cadastro) e o aval do crédito não forem complicados.

o Arrendamento. Esta forma alternativa de arranjo financeiro para aquisição de máquinas, transporte e outros equipamentos, provou ser bem sucedida em alguns países em desenvolvimento e pode também ser considerada em certos casos.

o Esquemas de Crédito-Garantia. A longo prazo, quando existem bancos comerciais privados no local, um programa de crédito-garantia poderia induzir estes bancos a instituírem créditos para PME. Pequenas e médias empresas são entendidas como maior risco e um esquema de crédito-garantia serve para minimizá-los e normalmente objectiva substituir exigências colaterais. Deveria ser notado, entretanto, que a experiência de esquemas de crédito-garantia em países em desenvolvimento tem encontrado resultados diversos ("mixed results"). O sucesso do esquema depende de certos factores, tais como, procedimentos de avaliação da garantia em caso de falta de pagamento, procedimentos de verificação e custo.

O complemento necessário para um programa de financiamento é um programa de assistência técnica que ofereça disseminação de informação técnica, transferência de tecnologia, extensão industrial e serviços de consultoria, desenvolvimento de empresas e empresários, treinamento gerencial e outras funções empresariais. Isto será discutido posteriormente na recomendação subsequente sobre estrutura institucional. Um programa de promoção de vendas ("marketing") tanto doméstico como para exportação seria eventualmente necessário e útil. Entretanto, isto exigiria uma grande sofisticação institucional e, pelo menos no início, é melhor deixar como actividades de economia de livre mercado e possivelmente para associações de indústrias.

Finalmente, parece razoável supor que a maior parte dos investimentos privados é feita no sector informal. Pela própria natureza de tais operações, não existem estatísticas disponíveis mas acredita-se serem significativas. O mercado paralelo é uma fonte potencial de empresários locais que podem ser induzidos a mudar para o sector formal da economia. O governo deveria instituir um programa corolário para legalizar estas empresas através de procedimentos de registo simples, incentivos e assistência técnica.

Estrutura Institucional para Assistência Técnica

6. Os esforços do governo para promover pequenas e médias empresas privadas exigiriam a criação de uma instituição especializada. A instituição proposta terá como principal função a promoção de empresários locais -- sejam pessoas físicas, grupos de trabalhadores ou cooperativas e associações -- assessorá-los nos processos de legalização, na obtenção de financiamentos e na melhoria de suas rentabilidade e produtividade. Esta instituição não deveria ser entendida como parte de um processo burocrático ou regulador e deveria garantir um grau de autonomia na implementação de seus programas.

A fim de ganhar a confiança de empresários existentes ou potenciais, a instituição deveria possuir um corpo técnico bem treinado que conheçam os vários aspectos do desenvolvimento de PME. Em certas actividades, o escalão principal poderia ser suplementado por professores universitários, firmas de consultoria, indústrias, especialistas estrangeiros e voluntários.

Pelo facto de não existir experiência local na operação de tal instituição, recomenda-se um projecto piloto de três anos com assistência técnica de doadores estrangeiros (UNDP/UNIDO e Banco Mundial). A instituição proposta poderia chamar-se: "Instituto Nacional de Promoção a Empresas Locais" (INAPEL). Deve-se observar que tal instituição já está sob consideração governamental.

Um projecto de assistência técnica deveria incluir como aspectos essenciais:

o Antes da formação do instituto proposto, deveria ser feito um estudo inicial, visitando-se institutos similares em países em desenvolvimento, tais como o Instituto para Pequenas Industrias (ISSI) o Centro de Orientação para Pequenos Negócios (SBACs) nas Filipinas, o Instituto para Extensão e Treinamento para Pequenas Industrias (SIET) e os Centros de Assistência para Pequena Indústria na Índia. Seria aconselhável incluir na viagem de estudos o actual coordenador do instituto proposto (Jorge A. Manuel) e dois outros potenciais funcionários importantes, um dos quais deveria ser fluente em Inglês.

o Participação do escalão principal em cursos de treinamento internacionais do ISSI e/ou SIET, cuja duração é normalmente de quatro a seis meses.

o Indicação de especialistas estrangeiros e voluntários por curto e medio prazo em cada uma das principais actividades propostas do Instituto, durante a fase piloto. É essencial que sejam indicados funcionários apropriados da contraparte, a fim de efectivar a transferência de conhecimento ("know-how").

As principais funções operacionais do Instituto proposto seriam:

o Informação técnica e industrial, vinculadas a fontes de informações locais e estrangeiras. Deveria ser infatizado que a intenção não é estabelecer um banco de dados, o qual é normalmente não é rentável, mas simplesmente para estar consciente da existência de fontes de informação e estabelecer relações de trabalho capazes de permitir acesso à informação necessária. Frequentemente, as informações requeridas pelas PME são "livremente" disponíveis. Mas países em desenvolvimento nem sempre sabem como obter, avaliar e adaptar estas tecnologias. Assim, em muitos casos, um funcionário de extensão industrial torna-se um importante elo de ligação entre a PME e o serviço de informação.

o Extensão industrial e consultoria, as quais incluiriam diagnósticos técnico-económico e reabilitação de empresas existentes caso seja necessário. A modernização e melhoria das PME existentes seria o principal objectivo desta actividade, incluindo a transferência e adaptação da tecnologia apropriada.

o Desenvolvimento de empresas e empresários, que inclui identificação e motivação de candidatos potenciais, orientando oportunidades de negócios, assistência nos aspectos legais de registo e solicitações de financiamento. Esta actividade poderia orientar a privatização de empresas estatais e, em certos casos, serem envolvidos na preparação de estudos de viabilidade.

o Treinamento gerencial e seminários, os quais incluem cursos e seminários de curta duração em gerência de PME, contabilidade e finanças, produção e controlo de custo, qualidade e gerência de manutenção, e outros assuntos relevantes para PME. Poderá ser observado que já existem instituições para treinamento e aprimoramento técnico, mas não existe nenhuma organização que ofereça treinamento em funções empresariais.

o O Instituto proposto deveria limitar sua área geográfica de operação a possivelmente Luanda e uma outra área (Benguela ou Lubango) e especializar-se em poucos sub sectores seleccionados os quais orientarão os funcionários durante a fase piloto (processamento de alimentos, trabalhos com metais engenharia industrial, vestuário, materiais *).

Tanto quanto possível, o Instituto deveria trabalhar em cooperação com associações de indústrias, especialmente em informação técnica e treinamento. Estas associações poderiam oferecer informações valiosas e recursos humanos para as actividades do Instituto.

REFERENCIAS

1. An Introductory and Economic Review of Angola (dois volumes) Relatório No. 8906-ANG, Banco Mundial, 29 de junho de 1990
2. Economic Reconstruction and Rehabilitation in Angola (Country Review), UNIDO, Agosto de 1990
3. Formação Para o Trabalho no Sector Informal, Relatório de Missão PNUD/ILO por Agnes Morel, Projecto No. ANG/89/001, Julho 1990.
4. Aide Memoire, UNIDO Projecto No. DP/ANG/89/017, por Carlos de Faro Passos, 17 de setembro de 1990
5. Metallurgical Industries in Angola, UNIDO, 28 de setembro de 1990
6. The Agro-based Industries in Angola: Key characteristics and rehabilitation issues, UNIDO, 29 de dezembro de 1988
7. The Regeneration of Angolan Manufacturing Industry with Emphasis on Agro-based Industries, UNIDO, 1 de dezembro de 1988
8. Stimulating Industrial Recovery in Angola, UNIDO, 2 de fevereiro de 1990